



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Relatório
Participação da Assembleia da República na XXXIX COSAC
(Brdo pri Kranju/Eslovénia, 6 - 8 de Maio de 2008)

Membros da delegação: Vitalino Canas (Presidente), Isabel Pires de Lima (PS), Jacinto Serrão (PS), Jorge Tadeu Morgado (PSD), Jorge Varanda (PSD) e João Rebelo (CDS/PP); Maria Teresa Paulo (assessor da CAE).

Na véspera da COSAC, no dia 6 de Maio, o Presidente Vitalino Canas participou na reunião da Troika presidencial (Presidentes das CAE dos Parlamentos de Portugal, Eslovénia e França), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Adopção da agenda da Troika;
2. Adopção da agenda da COSAC;
3. 9º Relatório Bianual;
4. Debate sobre o Contributo e as Conclusões da XXXIX COSAC.

Os membros da Troika adoptaram ambas as agendas e debateram os conteúdos do 9º Relatório Bianual, elogiando o trabalho realizado pelo Secretariado da COSAC, assim como as respostas enviadas pelos Parlamentos.

Foram ainda debatidas as seguintes propostas apresentadas por alguns Parlamentos:

- Proposta sobre as modalidades de aplicação do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa: a aplicação dos cartões amarelo e laranja – CAE da Câmara dos Representantes dos Países Baixos;
- Carta do Presidente da CAE do Parlamento da Lituânia, propondo a realização de um convite à Moldova para participar, como observadora, na COSAC;
- Proposta da CAE da Assembleia Nacional da Hungria relativamente à observância do princípio da subsidiariedade de uma iniciativa da Comissão Europeia: Proposta de Regulamento do PE e do Conselho sobre que institui a Autoridade Europeia para o Mercado das Comunicações Electrónicas (COM (2007) 699, de 13.11.2007);
- Carta da Comissão de Negócios Estrangeiros da Noruega (para participação na COSAC, como convidada);
- Carta da CAE do Parlamento da Ucrânia, reagindo à decisão da Troika da COSAC de não proceder ao envio de «convites especiais» para participação na COSAC;
- Carta da CAE do Parlamento da Moldova (para participação na COSAC, como convidada);
- Carta do Comité das Regiões, convidando a COSAC para participar numa reunião do Comité a 17 de Junho.

Do debate ocorrido, os membros da Troika registaram as razões apresentadas pela Presidência para não se dirigirem «convites especiais» para participação nesta COSAC e concordaram com a Presidência no sentido de se propor:

- a) à delegação francesa - organizadora da próxima COSAC – a concretização da proposta holandesa, caso a maioria dos Parlamentos já tenha, nessa altura, ratificado o Tratado de Lisboa. Ideia expressamente apoiada pelo Presidente da CAE da Assembleia da República, Deputado Vitalino Canas;
- b) ao Comité das Regiões que a reunião fosse participada pelos membros da Troika da COSAC, devendo previamente a Presidência clarificar as intenções do Comité na sua proposta de desenvolvimento de relações com a COSAC. Regista-se o acordo de todos no sentido de não complexificar o trabalho corrente da COSAC e de restringir esta cooperação à troca de informações, sem a realização de reuniões suplementares.

Por fim, os membros da Troika trocaram impressões acerca do projecto de Contributo e Conclusões da XXXIX COSAC.

No dia 7 de Maio, a XXXIX COSAC, depois de aprovar a agenda, debateu os seguintes temas:

1. 9º Relatório Bianual

Na sequência da abertura da XXXIX COSAC, realizada pelo Presidente da CAE da Assembleia Nacional do Parlamento da Eslovénia Anton Kokalj, e pelo Presidente da CAE da Assembleia Nacional do Parlamento da Eslovénia, Vincenc Otoničar, e da adopção da agenda, procedeu-se ao debate sobre os resultados do 9º Relatório Bianual, dividido nos seguintes cinco capítulos:

I: Envolvimento dos Parlamentos Nacionais no processo de ratificação do Tratado de Lisboa; 2: O Tratado de Lisboa – Implementação e Consequências para os Parlamentos nacionais da UE; 3: A Estratégia de Lisboa; 4: Alargamento do espaço Schengen; e 5: Envolvimento dos Parlamentos da União Europeia nas negociações dos Tratados de Adesão à UE.

O debate prosseguiu em relação à proposta da CAE da Câmara dos Representantes dos Países Baixos sobre as modalidades de aplicação do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa: a aplicação dos cartões amarelo e laranja. Desse debate foi referido o desafio e a oportunidade que representa o reforço do papel atribuído aos Parlamentos Nacionais (PN) na sequência do Tratado de Lisboa, devendo-se, no entanto, aguardar pelo avanço do processo de ratificação para o estabelecimento de mecanismos de aplicação das disposições referentes a este assunto. O debate sobre este assunto ocorrerá na próxima COSA, sob Presidência francesa da COSAC (segundo semestre de 2008). Foi ainda sublinhado o facto dos PN não se poderem focar apenas no controlo da subsidiariedade (cuja inobservância raramente acontece), mas também, e sobretudo, no debate dos grandes temas políticos, que constituem o conteúdo das propostas, p. ex. alterações climáticas, política de energia, de imigração, de defesa, de ambiente, Processo de Barcelona, etc, explorando o «mecanismo Barroso» de transmissão das iniciativas da Comissão Europeia (desde Setembro de 2006). Neste debate, foi ainda referido, por um lado, o papel do IPEX e dos Representantes Permanentes dos PN em Bruxelas na cooperação com cada PN e, por outro lado, a necessidade de se acordar uma metodologia eficaz e fluida de comunicação de todos os PN com as instituições europeias (Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho), sem, contudo, se procurarem harmonizar procedimentos entre os diversos PN na forma como procedem ao respectivo escrutínio.

2. A Presidência Eslovena e o Futuro da Europa

O Primeiro-Ministro Esloveno, Presidente em exercício do Conselho da União Europeia, Janez Janša, salientou a importância da crescente cooperação interparlamentar e das disposições previstas no Tratado de Lisboa, contendo poderes acrescidos para os decisores políticos eleitos, nomeadamente no momento presente com a responsabilidade na definição dos calendários de ratificação do Tratado e no debate nacional com os cidadãos. Sublinhou o início do novo ciclo da Estratégia de Lisboa, a introdução da quinta liberdade de circulação: liberdade do conhecimento e de investigação, a dimensão externa da política de energia da UE e as dimensões crescimento, protecção ambiental e social do desenvolvimento

da União. Referiu ainda o dossier das alterações climáticas, do Processo de Barcelona, da Política Europeia de Vizinhança, do alargamento do Espaço Schengen (SIS II), das relações com os países dos Balcãs Ocidentais e do futuro da UE, que em muito dependerá das respostas que a União souber dar a alguns desafios da actualidade, como sejam o aumento da poluição (sobretudo nas áreas metropolitanas), a sobrepopulação, o aumento do nível do mar e a desertificação e as suas consequências para a forma de vida dos europeus, para os fluxos migratórios, para o aumento dos preços das matérias-primas, etc.

Do debate realizado na sequência desta apresentação foram ainda referidos os aspectos referentes á protecção de dados pessoais nas estratégias de luta contra o terrorismo, à gestão global dos fluxos migratórios e a necessidade de parcerias com os países de emigração, o papel do Banco Central Europeu, os enquadramentos laborais e a rentabilidade das empresas, maior protecção dos direitos de propriedade intelectual na aplicação da quinta liberdade (do conhecimento), alargamento da UE à Ucrânia e à Moldova

3. Cooperação entre a União Europeia e os Países dos Balcãs Ocidentais em matéria de Assuntos Internos

O Ministro Esloveno dos Assuntos Internos, **Dragutin Mate**, focou a sua apresentação nas questões ligadas à política de alargamento da União e à inerente política de estabilização dos territórios vizinhos, nomeadamente no referente à luta contra o crime organizado, ao terrorismo, à emigração ilegal, colocando a tónica na necessidade de imigração legal e laboral aliada a programas de incentivo e apoio ao regresso ao país de origem, como forma de gerar emprego nesses países com know-how adquirido na União. Referiu a situação do Kosovo e as questões ligadas à luta contra a corrupção e à protecção das minorias, assim como a questão da liberalização dos vistos, a necessária cooperação entre os Ministérios dos Assuntos Internos e dos Negócios Estrangeiros. Foram ainda referidas as vantagens do alargamento da zona Schengen, da Europol, da Eurojust, do Tratado Prüm, etc.

Durante o debate foram referidos outras questões como a necessidade de criação de um sistema de alerta sobre o desaparecimento de menores, o tráfico de seres humanos, o apoio aos imigrantes (vertente emprego e dimensão social), a cooperação transfronteiriça em matéria criminal.

O **Presidente da delegação da Assembleia da República, Deputado Vitalino Canas (PS)**, saudou a Presidência Eslovena pela organização da Conferência e referiu a questão do Kosovo na sequência da declaração unilateral de independência e as consequências para a segurança na região. Apelou, por um lado, à União para reforçar o seu papel no apoio ao território, nomeadamente reunindo as condições necessárias ao pleno funcionamento da EULEX e, por outro lado, à tomada de iniciativas ao nível regional no sentido da estabilização da região e do combate à criminalidade organizada.

4. Atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa

O Comissário Europeu para a Ciência e a Investigação, **Janez Potočnik**, salientou os avanços relativos à Estratégia de Lisboa, colocando a tónica na necessidade dos Estados-Membros progredirem nas acções de implementação da Estratégia, nomeadamente no aumento de investimento em investigação (com o objectivo de atingir 3% até 2010) e da capacidade de resposta a novos desafios. Referiu o facto do sector privado apresentar dificuldades na selecção de áreas de investimento e o papel que o 7.º QCA pode desempenhar nessa matéria, nomeadamente na simplificação dos procedimentos das candidaturas. Referiu que os pilares das novas políticas de investigação deveriam assentar nos valores da excelência e da solidariedade, considerando que o futuro desta área rediria na interdisciplinaridade e na cooperação transfronteiriça entre Universidades, Institutos, professores e investigadores europeus, aliado a uma estratégia de integração do conhecimento nos planos de crescimento do tecido empresarial (PME). Por fim, foi referida a questão da criação do Instituto Europeu de Tecnologia.

O **Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS)** assinalou o início do novo ciclo da Estratégia de Lisboa como uma fonte de esperança para a Europa e para os europeus, referindo que, para além do compromisso expresso pelos Estados-Membros, a urgência residia na apresentação de resultados, uma vez que o êxito da União constitui o somatório do êxito de cada Estado-Membro no investimento na área do conhecimento. Alertou para a necessidade dos Estados-Membros tomarem medidas no sentido das ameaças à escala mundial - como sejam o aumento dos preços do petróleo, das matérias-primas, dos bens alimentares e a instabilidade dos mercados financeiros – não porem em causa o crescimento da UE. Para o efeito, os Estados-Membros devem prosseguir os esforços no sentido da aplicação dos Planos Nacionais de Reforma de forma a garantir o crescimento económico e o progresso social e ambiental do espaço europeu, através da apresentação de resultados.

A **Senhora Deputada Isabel Pires de Lima (PS)** salientou a aposta estratégica no papel do conhecimento para o futuro da economia e da sociedade de uma Europa competitiva e de vanguarda. Identificou uma oscilação terminológica no discurso proferido pelo Comissário Europeu para a Ciência e a Investigação entre “Ciência e Tecnologia” e “Ciência e Investigação”, procurando saber se esta oscilação tenderia a minimizar as Ciências sociais e humanas. Prosseguiu, considerando que pensar o pensamento significava pensar o social e que a aposta no investimento nas Ciências humanas nos EUA era prova de que aquele país compreendia a importância deste campo do saber, registando, com apreço, o facto do novo ciclo da Estratégia de Lisboa seguir a mesma tendência. Por fim, recordando que o sector privado tenderia a fazer depender o seu investimento do mercado, assinalou o peso crescente da indústria ligada à cultura e às artes nas economias actuais.

5. Adopção do Contributo e das Conclusões da XXXIX COSAC

O debate em torno dos pontos que constituíram o contributo da COSAC às instituições europeias foi bastante participado, tendo incluído propostas de alteração das delegações dos seguintes países: Alemanha, Bulgária, Dinamarca, França, Hungria, Lituânia, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

O texto final, que junto se anexa, foi adoptado por consenso.

Além disso, foram ainda, e por fim, adoptadas as conclusões do debate ocorrido durante a Conferência, que também se anexam.

Todos os documentos da Conferência estão disponíveis em:
<http://cosac.eu/en/meetings/Ljubljana2008/ordinarymeeting/>

Assembleia da República, 20 de Maio de 2008

O Presidente da Comissão



(Vitalino Canas)

Anexo 1 – Programa;

Anexo 2 – Lista dos participantes;

Anexo 3 – Contributo da COSAC para envio as Instituições Europeias e Conclusões da COSAC.